

36º Encontro Anual da Anpocs

Grupo Grupo de Trabalho 11 - Estudos rurais e etnologia indígena: diálogos e intersecções

Conflitos entre índios e não índios no rio Amônia

Eliza Mara Lozano Costa

Resumo

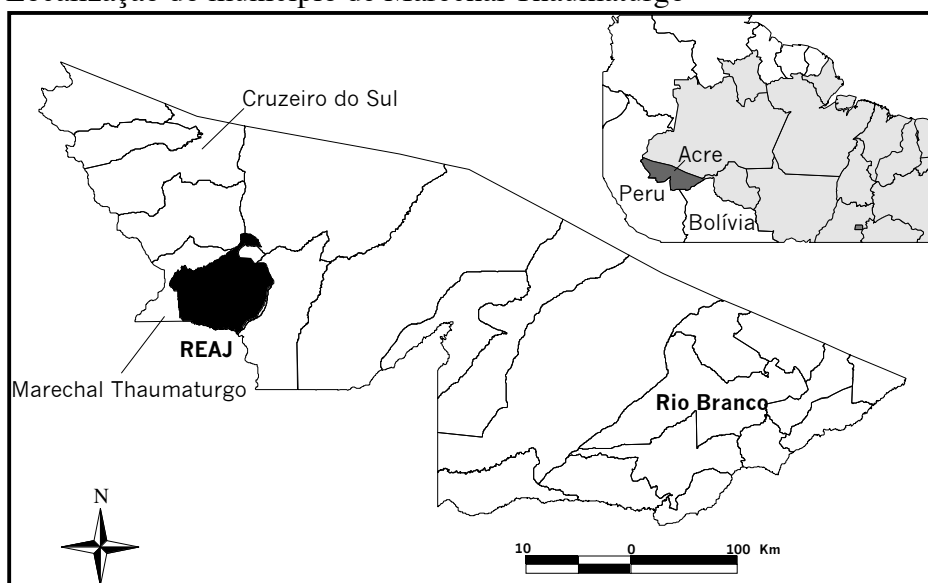
Este texto é uma reflexão sobre o conflito entre índios e não índios na Terra Indígena Arara do rio Amônia, região do alto rio Juruá, no município de Marechal Thaumaturgo, no Acre. Pretende-se compreender a dinâmica das famílias na região mostrando qual o papel da criação da TI nessa dinâmica. Também procura-se depreender qual o significado do termo “comunidade Arara”, já que a TI foi criada na coalizão de famílias de diferentes descendências indígenas e de diferentes lugares. Por último, pretende-se discutir o papel do pesquisador em meio a conflitos entre populações (índios e não índios) igualmente vulneráveis.

Resumo	1
Introdução	2
Pesquisa e envolvimento: dúvidas	5
A pesquisa recente	8
Arranjos familiares.....	11
Algumas observações	20
Bibliografia	23

Introdução

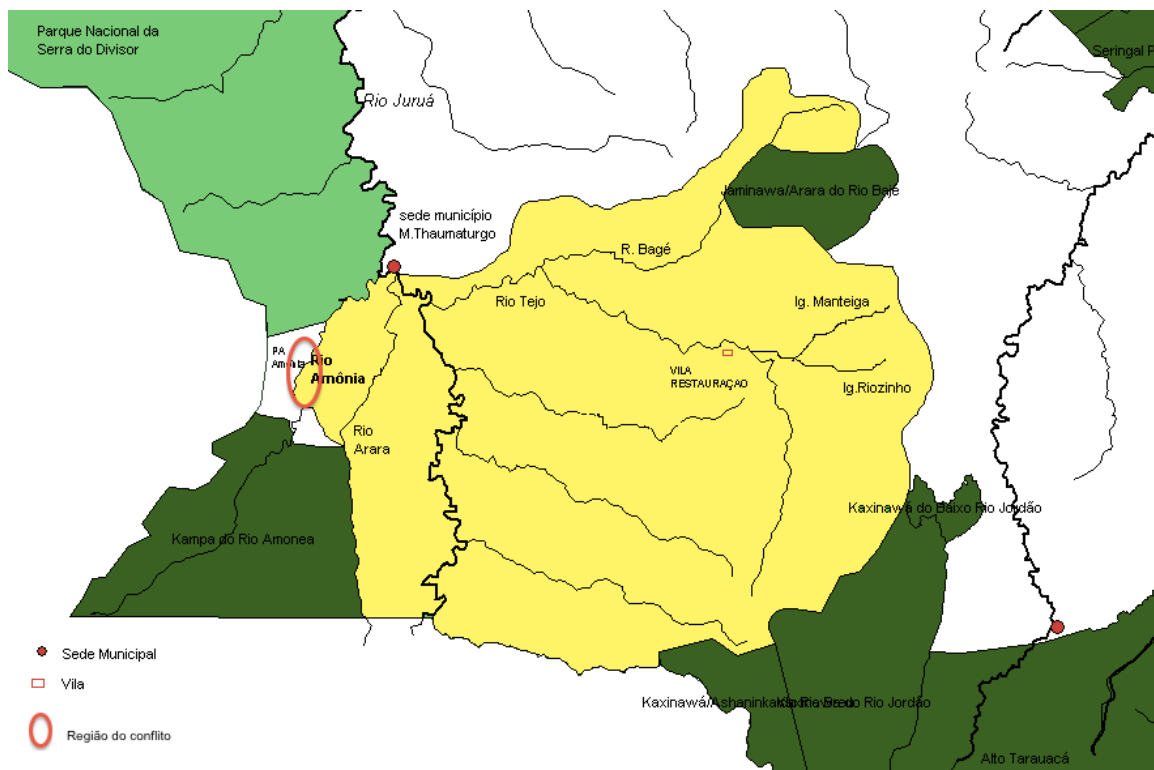
Criada em 2002, com portaria declaratória de 2009, a terra indígena Arara (TI) possui oficialmente uma população de 278 moradores numa área de 20.764 hectares¹, e foi criada com sobreposição à Reserva Extrativista do Alto Juruá, decretada em 1990 e o Projeto de Assentamento do INCRA no Rio Amônia (PA), de 1996. A região também faz fronteira com a Terra Indígena Kampa do Rio Amônia, habitada por índios Ashaninka (ou Kampa), e a sede municipal de Marechal Thaumaturgo, pequena cidade atualmente em processo de franco desenvolvimento.

Localização do município de Marechal Thaumaturgo



Localização da região da Terra Indígena Arara do Rio Amônia

¹ Conforme Diário Oficial da União de 10 de setembro de 2009.



Elaborado a partir de dados do Encontro: Biodiversidade na Amazônia Brasileira: avaliação e ações prioritárias para a conservação, uso sustentável e repartição de benefícios - do CD ROM ISA (Instituto Socioambiental) - Consulta Macapá 1999 (Capobianco *et alii*, 2001)

A luta pela criação da Terra Indígena Arara torna-se conhecida especialmente a partir de 2002, tendo forte papel de uma liderança que também morava na região do Alto Amônia, foi expulsa e retornou à área depois de vários anos vivendo em outras cidades, Chiquinho Siqueira, que logo obteve apoio do Cimi (Conselho Indigenista Missionário) que então se instalava em Cruzeiro do Sul (principal cidade da região).

O processo de criação da TI Arara do Amônia (ou Apolima-Arara) gerou vários conflitos locais, especialmente entre indígenas e moradores da Reserva Extrativista, alguns dos quais já uma vez expulsos do Alto do rio Amônia quando foi criada a TI Ashaninka, no início da década de 1990².

² Para maiores informações sobre o processo de criação da TI, consultar relatórios de Antonio Pereira Neto (2004), de Terri de Aquino (2002) e de Walter Coutinho (2003)

Até o momento não foi feita a desapropriação das 46 famílias da Reserva e dos 29 famílias do PA que, conforme a Funai, deveriam sair da região³, o que continua prorrogando a situação de tensão, ao que parece ter diminuído após a elaboração, em 2010, de um “Acordo de Convivência”, garantindo respeito mútuo entre os moradores e às regras já existentes. Isso incluiria o cumprimento do Plano de Uso da Reserva Extrativista, aprovado após grandes discussões com os moradores em 1991, o qual pretendia permitir o uso dos recursos - fauna e flora - pelos moradores, sem extingui-los⁴.

Apesar de inúmeros apelos e ações de alguns moradores da Reserva, nem o INCRA, responsável pelo PA, nem o ICMBio e nem a Associação dos moradores, ambos responsáveis pela gestão da Reserva, entrou com documento contraditória à criação da TI nos prazos oficialmente estabelecidos. Somente em 2011 é que o ICMBio propôs em processo um pedido de “dupla afetação” na área, baseando-se nas “proximidade de modos de vida e convivência passada entre indígenas e extrativistas” (conforme relatório elaborado para o ICMBio, Rezende, 2012).

O início de meu envolvimento com os moradores da região data de 1994, quando realizei ali minha primeira pesquisa de campo, permanecendo cerca de três meses em duas diferentes localidades do rio. Nessa época, não lembro de ouvir nenhuma discussão sobre reivindicações indígenas, embora fosse sabido que ali viviam pessoas descendentes de diferentes etnias. Em seguida fiz outras viagens mais rápidas à área e a outros afluentes do Juruá, acompanhando sempre de longe as reivindicações indígenas e não-indígenas da região⁵. Somente em agosto deste ano pude retornar novamente à região, dessa vez com o objetivo de conhecer aquela nova realidade, tentar construir uma opinião própria sobre o situação local e também questionar minha própria atuação dentro daqueles conflitos.

³ Há ainda algumas famílias que estão com pendência no processo de definição das benfeitorias (conforme relatório da Funai, publicado no Diário Oficial da União em 23 de julho de 2012).

⁴ Disponível em <http://www.ibama.gov.br/resex/ajurua/plano.htm>.

⁵ As pesquisas na região foram realizadas sempre como parte das atividades ligadas a projetos coletivos, sendo financiadas pela Fundação John D. and Catherine T. MacArthur (em 1994 e 1995), em projeto coordenado pelos profs. Mauro W. B. de Almeida, Manuela Carneiro da Cunha e Keiht S. Brown. As pesquisas entre 1996 e 1998 foram financiadas pelo CIFOR (Center International of Forestry Research), em projeto coordenado por Mauro W. B. de Almeida e Manuel Ruiz-Perez e, entre 2000 e 2002, União Econômica Européia, em projeto conjunto com a Associação de Seringueiros e Agricultores do Alto Juruá, coordenado pelo prof. Almeida.

Nesse sentido, é preciso advertir o leitor aqui que o texto não apresenta conclusões. Muitas das observações ainda estão em processo recente de elaboração. Mesmo assim, é possível que seja uma provocação útil para o debate de quem enfrenta questões semelhantes nesse processo comum em todo o país da emergência de novas populações indígenas.

Pesquisa e envolvimento: dúvidas

Como vários estudiosos têm demonstrado, a antropologia brasileira tem uma tradição de envolvimento com as populações estudadas, o que faz com que o estudioso mantenha uma “agenda paralela” de “intervenções no campo político”, e isso, ao mesmo tempo em que mantém seu “compromisso científico” (João Pacheco). Assim, estudos sobre a Associação Brasileira de Antropologia, repensando a trajetória da entidade, mostram que sua atuação teria um caráter “*sui generis*”, pois “é respeitada pelo saber científico que produz”, e, justamente por causa disso, é reiteradamente solicitada a se posicionar politicamente, dar suas opiniões políticas, especialmente em relação às populações em situação de vulnerabilidade (Oliven).

É particularmente evidente a atuação de alguns cientistas na região do Alto Juruá, tanto das áreas das ciências humanas quanto biológicas, pois é impossível entender a conquista das Reservas Extrativistas sem conhecer também a ação de diferentes pesquisadores atuando em conjunto com as lideranças nas mais diferentes situações⁶.

O comum é que todo o pesquisador esteja questionando sua prática, suas posições, e até sua própria presença em campo. Mas, por mais duvidoso que fosse meu papel em outras situações de conflito presenciadas, eu mesma me sentia, digamos, tranquila por achar que minhas escolhas estavam sempre do lado da população que estava, para usar o termo acima, mais “vulnerável”.

⁶ Para uma discussão sobre o processo de criação das Reservas no Acre ver Almeida (2004) e Allegretti (2004). Sobre o papel dos diferentes intermediários nesse processo, ver Costa (2010, em especial capítulo 3).

No caso do Amônia, era difícil uma tomada de posição. Sabia-se que ali viviam descendentes de vários grupos: Jaminawa, Kampa, Santa Rosa, Konib, Chama, Amoaca. As famílias tinham vários problemas e conflitos entre si, mas eu não via impedimento para as pessoas serem ou não Jaminawa, Kampa, Santa Rosa, Konibo ou Tchama. Havia alguns comentários preconceituosos contra índios em geral, assim como havia para negros, para filhos de patrões, para preguiçosos, mulheres valentes ou outros. Mas não me parecia que os conflitos existentes poderiam ser entendidos pelo viés étnico.

Do ponto de vista socioeconômico também não era possível uma generalização. Havia famílias economicamente bastante bem sucedidas, índias e não índias. Havia famílias politicamente bem relacionadas com prefeitos, deputados, membros da diretoria da Associação, o que lhes angariava algumas vantagens, e ocorria tanto no caso de índios como de não índios.

Usando os conceitos de “território político”, utilizado por Margarete Kitaka Mendes para explicar os arranjos familiares dos Ashaninka e o de “família ampliada”, de Mariana Pantoja Franco ao falar de uma família extensa do rio Tejo (hoje os Kuntanawa), era possível acompanhar como alguns genitores conseguiam angariar a proximidade de famílias de filhos e genros, e eventualmente netos, em torno de si, colocando-se como uma importante força política local, assim, sob liderança do pai ou da mãe, essas famílias conseguiam autonomia sobre mais áreas e recursos. Na região era fato corriqueiro intensos conflitos entre as famílias geralmente por causa da proximidade de roçados de um com a criação de bois ou porcos de outros, o que podia causar destruição dos plantios, ocasionando várias desavenças, com morte de animais ou até a expulsão de uma família do lugar.

Essas tensões entre vizinhos eventualmente podiam chegar a outras instâncias, envolvendo atores externos, como membros da Associação dos moradores da Reserva, o delegado, o prefeito. Em vários casos o parentesco ou a proximidade com alguns desses agentes indicava o lado que seria ou não favorecido na contenda. Isso era especialmente evidente no rio Amônia devido a sua proximidade com a sede municipal.

Um terceiro motivo que me confundia era a questão ambiental. Na busca de aliados, era evidente como índios e seringueiros se pautavam pela acusação mútua de uso predatório dos recursos (que aparece em todos os relatórios elaborados na região). De fato, se no médio do rio Amônia as pessoas antes viviam do corte da seringa, uma atividade essencialmente não predatória, no Alto do rio Amônia a situação sempre fora diferente, já que a região não tem incidência de seringueiras. As pessoas que ali foram morar durante muitos anos trabalharam com corte de madeira (no Brasil e no Peru), venda de peles e carne de caça, no tempo em que “era liberto”, como costuma-se ouvir. Algumas dessas pessoas são hoje reconhecidas como profissionais na fabricação de casas e embarcações, vendidas em toda a região. Outras ainda vendem carne da caça, ainda que clandestinamente. Em todos os casos, há índios e não índios.

Por esses motivos, a primeira vez que escrevi sobre a questão dos Arara foi em 2007, no *blog* de Altino Machado, importante jornalista do estado. Na ocasião escrevi um texto motivada por uma nota no mesmo *blog* de um membro do CIMI sobre conflitos locais, causados pelos “invasores” da área. Embora seja óbvio que índios sempre antecederam não índios, grande parte dos atuais indígenas da região são de famílias provenientes do Peru, algumas chegando depois dos não-índios, o que é uma das justificativas sempre repetidas pelos que se recusam a sair da área.

No texto, elaborado no calor da hora, (que hoje mereceria boas revisões), pretendeu mostrar que a situação local não permitia visões simplistas. Não havia “nem mocinhos nem bandidos”. Se assim fosse, fácil seria ser contra os brancos e a favor dos índios, e cobrar a Funai que cumprisse seu papel. Mas era preciso pensar na situação de pessoas nascidas na região, pobres, algumas chegando brigar com vizinhos e familiares em nome de uma ideia de preservação, de bem coletivo; algumas que se esforçaram para que a Associação conseguisse fazer valer a opinião das assembleias, e que ainda se debatiam com a força de famílias mais poderosas que cada vez mais procuravam conquistar espaços e recursos. Não era fácil dizer para essas pessoas que precisavam sair para que

outras, por vezes mais devastadores; por vezes seus empregadores, ficassem com seu lugar.

Logo em seguida, eu era citada num jornal da capital como sendo “...claramente contra a criação de mais uma terra indígena no rio Amônia”⁷. Tempos depois, numa reunião na Universidade em Rio Branco um outro antropólogo, me dizia que se os moradores da Reserva conquistassem a ideia de dupla-afetação, nunca mais seria criada uma terra indígena no Acre, já que na criação de todas as terras indígenas sempre houve expulsão de seringueiros e pequenos agricultores.

Isso evidentemente fazia com que procurasse evitar manifestações, pois ninguém queria colocar em cheque o direito indígena tão duramente conquistado, pois é evidente que, em muitos casos, são os índios sim os mais “vulneráveis”. Era necessário ter mais informações sobre a região, daí a recente viagem a campo, que ocorreu ao longo de 27 dias.

A pesquisa recente

Um dos objetivos da viagem a campo era entender qual o significado da “comunidade Arara”, que aparecia nos relatórios.

Tentando entender o processo de emergência da população Kuntanawa, também no interior da Reserva Extrativista, participei da elaboração de um texto que tentava relacionar esse processo com as tentativas de Max Weber em entender a formação das “comunidades étnicas”. A análise procurava mostrar como, independente das motivações, podendo ser de origem étnicas, políticas ou históricas, alguns grupos passavam a se considerar como um único grupo, podendo com isso desenvolver mesmo novos *habitus* que podem se tornar elementos importantes da identidade⁸.

A partir do exemplo dos Kuntanawa, pesquisados durante vários anos por Pantoja (2004), era possível considerar que, ali, em meio à luta de conquista pela terra, ia se conformando

⁷ Ver Jornal Página 20, de 26 de novembro de 2007.

⁸ Pantoja, Costa & Almeida, 2012, (no prelo).

aspectos de uma nova cultura, com novos *habitus*. O texto insinua, mas deixa em aberto, a questão dos Arara. Estes, diferentemente dos Kuntanawa, não tinham uma origem comum. Pareciam mais grupos familiares unidos circunstancialmente, e mesmo o antropólogo que elaborou o laudo para a Funai afirmava que...

Considerando a diversidade étnica de origem e a relativa frequência de alianças matrimoniais entre indivíduos pertencentes a grupos indígenas distintos, bem como entre estes e não índios, a definição precisa dos limites daquilo que podemos entender como a 'comunidade indígena Arara' (*lato sensu*) do rio Amônia representa uma tarefa bastante complexa. Os critérios determinantes para a consideração de alguém como 'pertencente' ou 'não pertencente' à 'comunidade indígena' são aplicados, em geral, de forma ampla e não rigorosa. Em princípio, são relevantes para esse julgamento quaisquer laços de parentesco (consanguíneos e afins) invocados entre um dado indivíduo e os membros das famílias que compõem o *core* dessa comunidade. O levantamento demográfico que apresentamos como Anexo 3 procurou seguir as indicações das próprias lideranças indígenas com respeito aos integrantes da comunidade Arara no Amônia, refletindo de modo genérico essa fórmula básica, ancorada no parentesco, para a descrição da identidade indígena. Contudo, essa presunção de pertença à comunidade indígena que decorre da simples existência de relações de **parentesco deve ser confirmada suplementarmente por um certo grau de efetiva unidade político-social, que se traduz[irá] através da manutenção de relações sociais significativas e por um projeto político comum.** (Coutinho: 2003:73, grifos meus).

Pude permanecer alguns dias na Aldeia Novo Destino, atualmente com 27 famílias, residindo com duas famílias, uma delas que também me hospedara por um mês em 1994.

Cocares e colares foram logo sendo abandonados com a convivência diária. Mas havia pelo menos duas novidades em relação às minhas observações anteriores: a prática coletiva de tomar a caiçuma (bebida feita com mandioca fermentada), que era uma maneira de "trocar ideia para conseguir alguma coisa para a comunidade", como afirmava um morador. Era ali que se definiam por exemplo as atividades coletivas, como a abertura de roçados. (Não pude, no entanto, participar desses encontros).

Havia também as reuniões. Durante cerca de 3 semanas foram realizadas três reuniões na aldeia: uma para decidirem sobre minha presença, outra para discutir recursos insuficientes para o pagamento da merenda local (que vinha sendo preparada por quase todas as famílias, em regime de revezamento). A última era para decidir como fariam a

limpeza do mato da aldeia, pois tinham conseguido com o prefeito uma roçadeira a motor. Nesta também foram discutidas uma série de pequenas questões, desde econômicas até fofocas.

A frequência das reuniões, a diversidade dos assuntos e a participação (de parte) dos moradores foi a novidade mais interessante, já que meus trabalhos anteriores sempre foram voltados para a compreensão das formas de organização política local (Costa 2010 e 1998). Nunca, no entanto, vira algo semelhante em toda a Reserva.

Um exemplo interessante dessa decisão comum foi uma pescaria coletiva. Sabe-se que a pescaria por “bicheira” (ou “bicheiro”) é predatória, na qual os pescadores mergulham sob os troncos nos rios e, com um anzol de grandes proporções, obtêm peixes, geralmente grandes. A prática destrói locais de morada e reprodução de peixes.

Na época, havia tido uma grande piracema de mandins, e depois um bando de queixadas passara próximo à aldeia. Todos se alimentaram com abundância até que tanto a caça quanto o peixe foi escasseando.

O que normalmente ocorria é que alguns utilizavam essa e outras técnicas predatórias, o que acabava gerando vários conflitos locais. Nesse caso, praticamente todos foram fazer a bicheira no mesmo momento. Todos ganharam, e todos perderam também.

Um outro caso é a decisão sobre os empregos.

Como nas terras indígenas muitos cargos públicos são específicos, é a própria população que escolhe as pessoas que ocuparam esses cargos. Com isso, praticamente todas as famílias tinham um membro da casa aposentado ou com emprego. Apenas duas famílias, ambas com poucos filhos é que não tinham nenhuma fonte de renda. Até então, em grande parte eram os concursos, ou a própria prefeitura que decidia quem ia ou não ter acesso a um emprego público, item fundamental nas práticas de barganha política na região.

Essas práticas representavam, então, uma forma nova de lidar com os recursos disponíveis. Até então, o acesso aos recursos era baseado especialmente na capacidade das famílias e de seus chefes de controlar o território e de estabelecer alianças, como será discutido a seguir.

Para isso apresento um histórico dos arranjos familiares de duas localidades, uma no alto e outra no médio rio Amônia.

Arranjos familiares

Procura-se aqui demonstrar um histórico de como as famílias conseguiram ou não disputar espaços e recursos na região. Vale lembrar que, já em 1994, após a chegada das famílias expulsas da TI Ashaninka, moradores já diziam que o “Amônia era muito imprensado”. Nesse sentido, manter e reproduzir a família na região não era tarefa simples. Vejamos alguns exemplos:

No Alto Amônia

Em 1994, uma família, aqui chamada de “A”, vivia há cerca de 50 anos vivia no mesmo local. Em 1991, ali também viviam dois filhos recém-casados⁹. A família B tinha “comprado” o local da família A. As famílias C, C2 e C3 eram dois irmãos e um sobrinho cujos pais também eram moradores antigos de uma colocação mais abaixo.

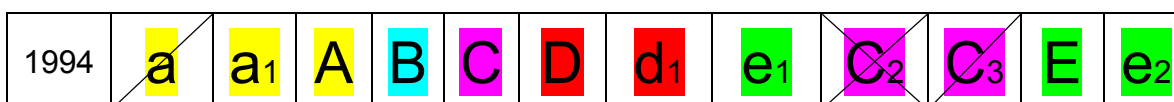
1991	a	a ₁	A	B	C	D	C ₂	C ₃
------	---	----------------	---	---	---	---	----------------	----------------

Em 1994, na minha primeira pesquisa na região, a família D estava em conflito aberto com o genro de A o qual, inclusive tinha passado uma noite na cadeia por matar dois porcos de D. D já tinha também um filho recém casado morando nas proximidades. O filho mais velho de A, já com filhos grandes, foi embora, indo morar próximo ao sogro, rio abaixo. O sobrinho C, filho de um antigo patrão da região, migrara para a sede

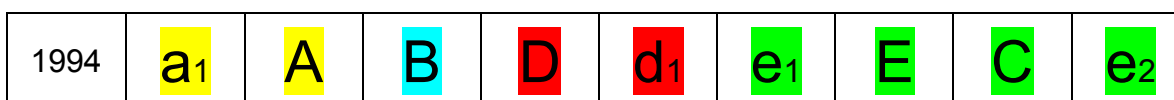
⁹ Os dados de 1991 são provenientes do censo realizado por Maria Clara Di Piori (1991), realizados para um Levantamento Socioeconômico da Reserva Extrativista.

municipal. (O chefe de uma das famílias C faleceu tempos depois após uma picada de cobra. Sua esposa e os dez filhos foram para a casa do pai dela, em Cruzeiro do Sul).

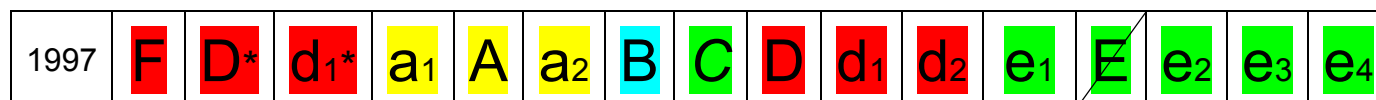
Também para ali chega a família E, de um casal idoso que fora expulso da Terra Indígena (assim com antes a família D). O casal chega já com três filhos casados, um com uma professora, vinda de Thaumaturgo. Um dos genros é irmão da esposa de C. As relações entre os dois cunhados (C e e₂) passa a ser de intensa troca de atividades e vizinhanças, aparentemente até hoje. Bem como a relação destas com os índios Ashaninka, com os quais tem relações de parentesco. Na época, somente as famílias A e C não tinham gado.



Desse modo, em 1994 assim se dava a distribuição dos moradores:



Em 1997, com a criação do Projeto de Assentamento, do outro lado do rio, outros arranjos ocorrem, e alguns filhos, antes vivendo longe, conseguem lotes nas proximidades da casa dos pais, como é o caso de dois filhos de E. O genro de A retorna à região, e um outro genro também se aproxima do sogro. A família D, apesar de ter ser cadastrada como moradora da Reserva, também consegue um lote, bem como um de seus filhos (D* e d*). Ali abrem grandes roçados de feijão, com o apoio de empregados e mantêm gado e porcos do lado da Reserva. Num outro lote chega um novo casal, que trabalha de empregado de D (daí a cor que o liga à família). A família E tem agora mais um filho e um genro no Assentamento, mas logo o casal, já idoso, muda-se para Thaumaturgo. A família B continua em seu antigo local, agora lote do INCRA, apenas com filhos solteiros.



Ao ver o grande desmatamento na margem do rio (já que o INCRA afirmava que só manteria o lote quem “mostrasse trabalho” e a quantidade de moradores, minha expectativa era de que haveria muitos conflitos. Embora tenha sido uma viagem rápida, não percebi, porém, uma situação tensa. Uma das explicações era a fartura, graças à chegada do chamado crédito fomento, na época mil reais, quantia inédita na região. Todos estavam construindo casas (com madeiras que eram compartilhadas com o serrador, e retirada de ambos os lados do rio, sob pagamento, era fácil inferir).

Apesar da exiguidade dos lotes, inviável para uma economia múltipla como a praticada normalmente¹⁰, os fundos dos lotes faziam fronteira com o Parque Nacional da Serra do Divisor que, independente de suas regras, era considerado território livre.

Além disso, os contemplados conseguiam morar e se manter nas proximidades de seus familiares, (nunca soube como fora decidida distribuição dos lotes) sob o aval do governo, e ainda recebiam por isso. Isso garantia a moradia, independente do vizinho querer ou não sua presença ali.

Desse modo, assim configurava-se a região em 1997:

1997	F	D*	d ₁ *	a	A	a	B	D	d ₁	d ₂	C	e ₁	e ₂	e ₃	e ₄
------	---	----	------------------	---	---	---	---	---	----------------	----------------	---	----------------	----------------	----------------	----------------

Já em 2012, a Terra Indígena estava oficialmente criada e declarada, embora a tensão permanecia latente, conforme algumas pessoas, num esforço de fazer valer o Acordo de Convivência. No processo de criação da TI, as famílias A (cuja mãe é descendente de índios Santa Rosa) mudaram-se quase todas para a aldeia Novo Destino. O mesmo ocorrendo com a família B, cuja mãe é descendente de índios Jaminawa-Arara e também é irmã do cacique. As duas famílias, que há 32 anos são vizinhas nunca tiveram

¹⁰ A proposta da Reserva Extrativista já surgiu justamente como crítica ao modelo dos projetos de assentamento do INCRA, que foram criados na década de 1970 para atender a população expulsa da floresta e idealmente para garantir a produção de alimentos na região. (Para a crítica desse modelo, ver Almeida, 1995 e Nascimento, 1995)

intercasamentos, não realizam atividades conjuntas, e parecem manter críticas constantes, embora continuem morando próximas, há 32 anos.

Assim, na aldeia Novo Destino, a família A, agora apenas com a mãe viúva, mora ao lado de 4 genros e um irmão (A1), que por 40 anos vivera na cidade de Pucallpa, no Peru, onde trabalhava com madeira. O filho mais velho de A (A2) também mora na aldeia o qual, por sua vez, já tem ao seu lado as casas de um genro e uma filha solteira com 3 filhos.

A família B agora já tem seis filhos casados. Três deles vivem na Aldeia Novo Destino. Um deles casou com uma jovem da cidade de Thaumaturgo, onde vive e é carpinteiro. Dois deles, que antes moravam ali, há seis meses seguiram o tio materno na criação da aldeia nova, onde possuem um emprego, que antes não possuíam¹¹.

O chefe da família F não tem filhos casados ainda, também não trabalha mais para a família D, e se auto-intitula pajé da nova aldeia. Como tem problemas de saúde, várias famílias se unem para ajudá-lo em várias tarefas. É possível dizer que, muito provavelmente, irá se mudar para a nova aldeia, graças ao seu laço forte com a liderança. Vários moradores disseram que o cacique da nova aldeia teria garantido um emprego para ele.

Na aldeia, em 2012, assim se apresentavam as famílias que antes viviam na região do Alto Amônia:

2012	A	a	a	a	a	A ₁	A ₂	a ₂	a ₂	F	B	b	b	b
------	---	---	---	---	---	----------------	----------------	----------------	----------------	---	---	---	---	---

Já nas antigas colocações, as família E e e1 continuam com apoios mútuos, roçados comuns, fortemente resistentes à desintrusão e mantendo relações constantes com TI dos Ashaninka, com as quais também têm relações de parentesco. Alguns jovens dessas duas

¹¹ Há seis meses atrás, após vários acontecimentos, parte da aldeia Novo Destino se separou, incluindo a antiga liderança, formando uma nova aldeia, Nova Esperança.

famílias, além de realizar trabalhos conjuntos com os Ashaninka, diferentemente de seus pais também fazem o uso de cusmas, pinturas faciais, flechas; frequentam os rituais do cipó e parecem também compartilhar visões religiosas com os Ashaninka.

Nos discursos contrários à expulsão da TI Arara essas famílias afirmam serem culturalmente tão índios quanto eles (Rezende & Postigo, por exemplo).

Já uma outra família e3, embora parente de e, não permaneceu no seu lote, que aparentemente é mantido só com visitas eventuais, até o aguardo da possível indenização.

A família e4 envolveu-se com a política local e mudou-se para a sede municipal, onde o chefe chegou a ser o secretário de obras da Prefeitura. Mas acabou falecendo jovem, deixando esposa e filhos morando em Thaumaturgo.

Um filho da família A foi morar na aldeia mas, após desentendimentos com o cacique voltou para o alto, indo viver próximo à família da irmã da esposa (e1), professora da região, realizando atividades conjuntas e fazendo vizinhança. (Dizem que, se as famílias não índias saírem, eles saem também). A família G, que morava rio abaixo, veio morar na região porque o chefe trabalhava de empregado de D.

A situação na região, há pouco tempo, estava assim configurada:

2012	d ₁ *	D	a	e ₁	G	C	e ₂	e ₃	e ₄
------	------------------	---	---	----------------	---	---	----------------	----------------	----------------

Há seis meses, no entanto a nova aldeia, desmembrada da anterior, acabou se instalando bem ao lado das moradias da família de E. Conforme depoimentos, são novas 9 ou 12 famílias ali instaladas, e é evidente que a pressão sobre os recursos será bastante alterada.

Houve muita reclamação das famílias C e E pelo fato do ICMBio ter concordado com a instalação da aldeia, já que o órgão, na opinião das famílias, deveria ter respeitado os

termos do Acordo e não aceitar a invasão. As famílias D e A são consideradas Arara, embora D está no elenco de moradores do INCRA que pretendem obter indenização.

Em 1997 a maior impressão era de que a família D, com a quantidade de empregados envolvidos na produção de produtos agrícolas, abertura de pastos, empeleitas para construção de imóveis para a prefeitura seus empregados, seus grandes plantios e campos de gado, em dois diferentes lugares do rio, pretendesse “tomar de conta” da região, como ouvi uma vez.

No entanto, a família acabou mudando-se toda para a sede municipal pois um dos filhos registrou duas firmas e passou a ser a contratante permanente das obras da Prefeitura, sendo o principal intermediário dos outros “empeleitante” que também faziam obras para a Prefeitura. Como exemplo dos recursos que giravam, encontrei duas outras pessoas que fizeram obras para esta firma: um era irmão, e tinha feito um trabalho de 25 mil reais, empregando mais 6 pessoas para a reforma de escolas. O outro tinha feito outro trabalho no valor de 20 mil reais.

Em 2011, porém, o prefeito do município foi denunciado por desvio de verbas de um projeto do governo estadual. Com isso, o prefeito acabou sendo indiciado junto com o proprietário das firmas, sendo ambos presos durante 15 dias. Agora aguardam o processo em liberdade. Assim, um filho da família D, junto com o pai, retornou ao alto Amônia. Os dois “empeleitantes” não receberam seus pagamentos, pois dizem que o prefeito interino se recusa a pagar ilícitos.

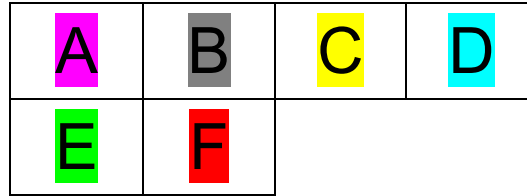
Já na cidade, é interessante notar como a família D conseguiu manter o mesmo modelo de organização familiar. A mãe, assim, mora com cinco casas de filhos e genros, todos no mesmo terreno, que fica ao lado da casa do Prefeito, do qual são parentes:

Na sede municipal:

2012	d	D	d	d	d	d
------	---	---	---	---	---	---

No Médio Amônia

Rio abaixo, numa outra antiga colocação, assim se organizavam as famílias em 1991, e também em 1995:



Na região do médio rio Amônia há vários anos moravam vários irmãos da mãe da família A. O chefe de B também era irmão da mãe da família A. Ambos eram os mais antigos na região sendo todas as outras famílias vindas para lá na década de 1990. A mãe da família C era irmã da mãe da família A, chegando ali após a família ser expulsa da TI Ashaninka, com quem o pai de C tinha parentesco. A família F também viera expulsa da TI, e escolhera o lugar por causa da proximidade com a escola, mas evitara o lado da Reserva por causa das proibições. D era a família da professora, vinda de Thaumaturgo, e E a família do agente de saúde, cujo posto fora há poucos anos construído por um projeto de saúde ligado à Associação. As famílias chegadas da TI, onde não há seringueiras, trabalhavam com madeireiros no Peru. Ambos eram os únicos que criavam gado.

Em 1997, a Associação tinha vivido seu auge e na colocação, onde vivia um antigo delegado sindical, além do posto de saúde também contava com uma cantina comunitária, com recursos geridos pela Associação, e uma radiofonia. A professora, antiga família C deixara o esposo, que foi embora com os filhos, e casou com um filho da família A (a1). Uma filha de D também casara com um filho de A (a2), indo morar ao lado da família A. Um outro filho casado, que morava perto do sogro rio acima, veio também para a proximidade do pai (a3).

Com a criação do Projeto de Assentamento na outra margem do rio, mais um irmão da mãe de A, sem filhos, viera para o local, proveniente do rio Arara (H).

Já a família do irmão mais velho (B), com vários filhos jovens, foi embora para a sede municipal. Reclamou que o gado da irmã adentrava seus roçados, comento sua plantação

de arroz e de feijão. “Estar num canto aperreado”, ou “desgostoso com a irmã” não tinha condições, conforme afirmou. Na sede municipal mais tarde a esposa conseguiu do prefeito uma casa e um emprego de “zeladeira” da escola, onde trabalha até hoje. (Como pode ser percebido, a relação entre irmãos não era suficiente para estabelecer relações capazes de gerir a distribuição dos recursos, como ocorre acima com as famílias de C e E, por exemplo).

Um irmão da mãe da família F também conseguiu um lote (G), bem como um filho casado (f1), ficando assim a organização das famílias em 1997:

A	a ₁	a ₂	a ₃	B	C	D
E	F	f ₁	G	H		

Em 2002, em rápida visita ao local, os dois irmãos novos (G e H) tinham ido embora. Ambos venderam os lotes para a família F, sendo um deles ocupado por uma filha que casou (f2). Um filho de C também casou com uma filha da professora. Portanto, em 2002, as famílias assim se distribuía:

A	a ₁	a ₂	a ₃	C	C ₁
E	F	f ₁	f ₂		

Na época o governo estadual havia construído uma escola de segundo grau em Thaumaturgo, a primeira da região e havia uma forte preocupação dos pais em manter ali os filhos. Assim, em 2002 todas famílias principais: A, C e F já tinham também uma casa na cidade, onde os filhos permaneciam no período letivo.

Já em 2012, várias mudanças haviam ocorrido.

A família A, com todos os filhos então casados, e com a criação da Ti, foi quase toda embora. Os pais moraram um tempo na sede municipal mas não se adaptaram, indo depois para o rio Arara, também próximo à sede municipal, com alguns filhos casados. Outros ficaram em Thaumaturgo. Apenas um filho morava com a família na região, que trabalhava de “recreísta” para a prefeitura, levando e trazendo de canoa crianças para a escola da sede municipal, todas as tardes.

Com a família de E também ocorria o mesmo. Todos os filhos tinham estudado, dois tinham feito faculdade, e possuíam empregos em Thaumaturgo, com exceção de uma filha que morava em Rio Branco. Somente o pai vinha eventualmente no local, onde criava gado e tinha plantações, com a ajuda de um empregado. O pai também recebia um salário da prefeitura. Seu lote ficou de fora da TI.

A família F, embora fosse parente da principal liderança da TI Arara, recusou-se a deixar seu lugar para viver na aldeia.

Do mesmo modo, a família de C também recusava-se terminantemente a sair do seu lugar, de modo diferente de seus parentes da família A, que possivelmente só ocupam a antiga colocação enquanto esperam caso ocorra a indenização. Ali a família de C vive ao lado de três filhos casados, e também têm filhos casados com indígenas Arara, que moram rio acima. Têm várias plantações cujos produtos são vendidos na sede municipal. Apesar da recusa em sair, também plantaram mil árvores de bens de raiz, árvores que são consideradas pelo INCRA como benefícios a serem indenizados.

A família E permanecia sendo a mais bem sucedida economicamente da região. Além de gado continuava trabalhando com serragem de madeira e construção de barcos e casas. Vizinhos diziam que no momento tinha 8 casas na cidade para comercializar. Também mantinha roçados rio acima, (próximo ao cunhado B) para os quais mantinha empregados eventuais. Em seu porto havia uma voadeira (uma lancha de alumínio), única em toda a região, e aos sábados são comuns os campeonatos de futebol com distribuição de churrasco.

Desde 1994 a família já tinha problemas com os vizinhos por causa do uso de cachorros para caçadas, além de denúncias de venda de madeira e carne de caça. Depois que as atividades da Associação se arrefeceram, e as questões ambientais deixaram de ser ponto de discussão, a impressão nas rápidas viagens era que as relações passaram a ser mais amistosas. Após a criação da TI entretanto, a família resolveu também abrir roçado do lado que antes pertencia à Reserva, próximo da casa de a4. Este juntou-se com os tios e foram conversar com eles enquanto faziam a derrubada. Na ocasião, levaram também uma filmadora (um dos filhos de C também realiza trabalhos na TI Ashaninka, onde aprendera lidar com o equipamento). Ao perceber que estava sendo filmado, o chefe da família E disse que durante um tempo as duas famílias haviam sido “políticas”. Depois se tornaram amigas. Naquele momento, porém, voltavam a ser “políticas”.

Assim, em 2012, a organização local assim se apresentava:

a ₄	C	C ₂	C ₃	C ₄	C ₅
E	F	f ₁	f ₂		

Algumas observações

A primeira consideração que se pode fazer, a partir dessas dinâmicas dos arranjos familiares, é um movimento de união e, com o aumento das famílias, a posterior separação e tentativa de controle maior sobre o território, (o que pretendeu ser visualizado pela tendência de diminuição das cores). Fatores externos sempre interferem, e pode-se ver como a família A, enquanto a Associação tinha maior atuação local, conseguiu aliar filhos à sua volta, união que aos poucos vai se desfazendo com as mudanças políticas ocorridas na região, que passou aos poucos a ser controlada basicamente pela política municipal. A sede de Thaumaturgo, com isso, passa a ser a maior atração, para onde a família vai se dirigindo aos poucos, e depois, pela falta de

adaptação, acabam buscando um novo lugar, no caso, no rio Arara, onde tentavam reproduzir a mesma forma de vida.

Desde sempre a família C viu-se com dificuldades de se desenvolver do lado da Reserva, onde pretendia inicialmente viver. Várias vezes tentou ter roçados naquele lado do rio, melhor para o plantio, sendo várias vezes desaconselhada pelas famílias dali. A maior atenção então passou a ser a educação dos filhos, que acabaram conseguindo profissões e salários na cidade.

O mesmo ocorria com a família da professora, que reclamava não ter nem onde plantar, e nem onde criar. Logo o pai e os filhos abandonaram o local.

A tendência mais visível, pelo menos enquanto as famílias não indígenas não saírem, é a permanência real apenas das duas famílias que vieram da TI Ashaninka. Pode-se dizer que ambas eram a que tinham maior capacidade de trabalho. A família C teve também apoio de familiares da TI Ashaninka, onde realizavam trabalhos com madeira e outras atividades conjuntas. Já a família F, pelo menos durante alguns anos, teve forte ligação com o partido do prefeito e do principal deputado da região, o que pode ter auxiliado que realizasse vários trabalhos para a prefeitura, eventualmente recebendo apoio do órgão inclusive para atividades contrárias ao Plano de Uso da Reserva, conforme algumas denúncias.

O mesmo pode ser visto no Alto Amônia, onde a família D fazia diversos trabalhos para a Prefeitura. Isso acabou levando-os também para a sede municipal, onde conseguiram um local próximo ao centro grande o suficiente para vários filhos. Apesar disso mantiveram seu lugar onde continuam com plantios e empregados.

José Pimenta, estudando a população Ashaninka do Amônia, demonstra como como um ou mais grupos domésticos podem se agrupar em torno de um “homem prestigioso”, os quais, além de realizarem atividades de trabalho e lazer coletivos, podem estabelecer um

sistema flexível alianças, que “cria fundamentos de uma solidariedade política interna que pode ser acionada em caso de necessidade” (Pimenta, 2006:4).

No Alto Amônia, era possível considerar que a família mais antiga no local, A, acabasse indo embora, pois já havia várias tentativas de genros morando na região que entravam em conflito com D e acabavam tendo de sair. Somente com a criação do Assentamento conseguiram voltar, mesmo assim dificilmente poderiam ir muito além dos seus próprios lotes, a não ser que se voltassem para o trabalho de madeireiras no Peru. Essa atividade, como sempre se dizia, era muito pesada, já que as madeiras cortadas são carregadas até as margens dos igarapés, e ali arrastadas até os rios maiores no inverno. É trabalho exclusivo para jovens.

A criação da TI parece ter alterado totalmente a previsão, permitindo um maior desenvolvimento dessa família, incluindo empregos e áreas de uso de recursos. Isso, obviamente, em detrimento das famílias que deveriam sair, como é o caso das famílias de C no Alto e no Baixo Amônia.

Também é digno de nota a organização política no interior da aldeia, a qual pode ser capaz, por algum tempo, de manter uma distribuição e o uso dos recursos públicos (incluindo-se aí empregos e equipamentos públicos e recursos naturais) de forma pelo menos mais igualitária que a organização anterior, baseada especialmente no poder das famílias e nas suas alianças (Mendes, 1991, Pimenta, 2006 e Costa, 2010).

Resta saber se isso é suficiente para justificar a expulsão das outras famílias. Do mesmo modo, é necessário saber se não houvesse esse constante movimento de união e expulsão de moradores, haveria alguma maneira de viver na região. Perguntas cujas possíveis soluções podem vir no debate, já que, no momento, não sabemos ainda responder.

Bibliografia

- ALLEGRETTI, Mary Helena. (2002) “A construção social de políticas ambientais: Chico Mendes e o movimento dos seringueiros”. (Tese de doutoramento) Universidade de Brasília
- ALMEIDA, Mauro William Barbosa de, (2004) “Direitos à floresta e ambientalismo: seringueiros e suas lutas”. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. vol. 19, nº 55, julho (pp. 33-52)
- AQUINO, Txai Terri Valle de (2002) “Conflitos territoriais e relevância ambiental no Alto Juruá acreano”. (Relatório de consultoria). Rio Branco: Funai (*mimeo*)
- CAPOBIANCO, J. P., VERÍSSIMO, A., MOREIRA, A., SAWIER, D, SANTOS, I. dos & PINTO, L. P. (orgs.), **Biodiversidade na Amazônia brasileira: avaliação e ações prioritárias para a conservação, uso sustentável e repartição de benefícios**. São Paulo: Instituto SocioAmbiental / Estação Liberdade
- COSTA, Eliza Mara Lozano. (2010) “Uma floresta politizada: relações políticas na Reserva Extrativista do Alto Juruá, Acre (1994-2002)”. (Tese de doutoramento), Universidade Estadual de Campinas
- COUTINHO Jr., Walter (2003) “Relatório de identificação e delimitação da terra indígena arara do rio Amônia”. Brasília: Funai - Diretoria de Assuntos Fundiários
- DI PIERO, Maria Clara (1991) “Relatório do cadastramento da Reserva Extrativista do Alto Juruá - Setor 5: Amônia-Arara” (*mimeo*)
- MENDES, Margarete Kitaka. (1991) “Etnografia preliminar dos Ashaninka da Amazônia brasileira”. (Dissertação de Mestrado) Universidade Estadual de Campinas
- PANTOJA, Mariana Ciavatta. (2008) **Os Milton. Cem anos de história nos seringais**. Rio Branco: Edufac
- PANTOJA Mariana C., COSTA, E. M. L & ALMEIDA, M. W. B. de “Teoria e prática da etnicidade no Alto Juruá acreano”. Revista **Raízes**, no prelo
- PEREIRA NETO, Antonio (2004) “Relatório de conclusão da delimitação da terra indígena Arara do rio Amônia, município e Marechal Thaumaturgo-AC, em cumprimento à I.E. nº 165/DAF de 04/12/03” Brasília: Funai, 19 de janeiro

PIMENTA, José A. V. (2006) “Reciprocidade, mercado e desigualdade social entre os Ashaninka do rio Amônia” **Série Antropologia**, nº 392, Brasília: Departamento de Antropologia, UnB

REZENDE, Roberto (2012) “Relatório sobre conflitos territoriais relacionados a sobreposições de terras indígenas na Reserva Extrativista do Alto Juruá (produto ii) Projeto PNUD BRA/08/002 – Gestão de Reservas - Extrativistas federais da Amazônia Brasileira. Brasília